

Sorteio indicará onde os fiscais do FNDE vão atuar

BRASÍLIA — O Presidente Collor participou ontem, em despacho no Ministério da Educação, da implantação do sistema de fiscalização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que são repassados aos Municípios. O Tribunal de Contas da União (TCU) tinha descoberto desvios de recursos pelos Municípios devido à falta de fiscalização pelo FNDE. Agora, haverá sorteios mensais para escolher os Municípios que serão visitados pelas comissões de fiscalização do MEC. Na primeira etapa, serão fiscalizados 101 Municípios de todos os Estados brasileiros que receberam Cr\$ 11,4 bilhões do FNDE no ano passado.

Na presença de Collor, o Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, o Secretário Geral da Presidência, Marcos Coimbra, o Chefe do Gabinete Militar, General Agenor Homem de Carvalho, e o Secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, fizeram o primeiro sorteio, no qual foram escolhidos os Municípios de Presidente Epitácio, Marinópolis e Mirassol, em São Paulo.

Preocupado em não deixar a impressão de que o sorteio de Municípios paulistas tivesse caráter político, o Presidente Collor fez questão de que Chiarelli deixasse claro que a fiscalização será feita em todos os Estados do País.

— É para não se achar que é só São Paulo — disse o Presiden-

Golpe mortal

AS FRAUDES contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que é financiado em 80% pelo salário-educação e já foi le-sado no equivalente a US\$ 278 milhões, em certos aspectos encerram maior gravidade do que as praticadas contra a Previdência Social.

AS irregularidades e mal-versações envolvem re-cursos destinados a projetos

educacionais, como constru-ção e restauração de esco-las, o que significa matéria prima sonegada ao desen-volvimento brasileiro e à me-lhoria do nível de vida do povo.

TODA fraude atinge ge-neralizadamente o organi-smo público. Mas a fraude contra a educação fere um órgão vital. Não tem justifica-tiva nem perdão.

te, antes de verificar num com-putador que, no ano passado, fo-ram repassados a Presidente Epitácio Cr\$ 120 milhões.

Os Municípios sorteados on-tem — 7,5% dos 1.340 que rece-beram recursos do FNDE no ano passado — serão visitados por comissões de fiscalização, com-postas por um representante das Delegacias Regionais do MEC, um professor, um auditor e estu-dantes de ciências contábeis das universidades federais que parti-cipam de um programa de coo-peração técnica com o Governo. Segundo Chiarelli, o novo sis-tema é "mais moderno, isento e transparente" e permitirá a fis-calização dos recursos por "ór-gão isento e pessoas habilita-das".

Antes da implantação do sis-te-ma, os Municípios que recebiam recursos do FNDE não presta-vam contas ao Ministério da Edu-cação, o que estava per-mitindo a ocorrência de fraudes. O TCU, único órgão a fiscalizar a aplicação desses recursos, con-statou irregularidades entre 1985 e 1989. O dinheirera aplicado em outras finalidades que não projetos educacionais, ou sim-plesmente sumiam das contas mu-nicipais. O novo sistema de fis-calização foi implem-tado pelo MEC dez meses após a adver-tên-cia do TCU sobre a ocorrência de fraude nos convênios.

No Rio, foram sorteados dois mu-nicipios entre os 27 que rece-beram recursos no ano passado: Cabo Frio e São Sebastião do Al-to.